



Por uma cultura de paz na escola

For a culture of peace at school

Prof. Manuel Alfonso Díaz Muñoz

Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix

Resumo

A violência no âmbito escolar é um fenômeno que produz grande alarme social, mas que não deve ser entendido desde uma perspectiva negativa, repressora, mas dialógica e proposicional, na linha de uma educação para a paz que promova comportamentos pró-sociais inibidores de comportamentos violentos. Daí a necessidade de investigar os fatores que, numa proposta de educação para a paz, favorecem o surgimento de uma cultura de paz e evitam comportamentos violentos em diferentes contextos educativos, públicos e particulares. Este é o objetivo da pesquisa a ser apresentada no presente trabalho e que está sendo desenvolvida ao longo dos anos letivos de 2015 e 2016 em dois estabelecimentos de ensino de Belo Horizonte, da rede pública e particular, com 80 adolescentes do nono ano. Os resultados parciais da mesma mostram a satisfação dos alunos participantes e já apontam mudanças nas relações interpessoais na sala de aula.

Palavras-chave: Escola; Educação; Paz; Comportamentos Pró-Sociais.

Introdução

Perante as concepções utilitalistas e mercantilistas que ao longo da história têm estado presentes na escola, de forma a destacar seu caráter competitivo e essencialmente garantidor de um futuro profissional promissor vinculado ao êxito acadêmico, autores como Piaget, Kohlberg ou Freire, nos ajudaram a superar a concepção da escola como mera transmissora de conhecimento, em favor de uma ampliação dos processos educativos que inclua a educação nos valores e atitudes que exigem a convivência pacífica e participativa na sociedade.

Esta inquietação acompanhou a reflexão pedagógica do século XX. Já nos movimentos de renovação pedagógica dos anos 20, em especial na Escola Nova, se falava de educação para a paz. Outros movimentos e pedagogos têm reforçado esta posição: a Escola Moderna de Freinet, a Escola de Summerhill de Neill, a Escola de Barbiana de Milani ou a Pedagogia Libertadora de Paulo Freire. No Brasil, os Parâmetros Curriculares Nacionais de 1998, na proposta de eixos transversais são o ponto de

referência para uma profunda modificação no modelo pedagógico brasileiro, começando pelo resgate da ética e convívio social a partir da própria escola.

A realidade parece contradizer este propósito. A violência, a intolerância, o preconceito, dentro e fora dos muros escolares impõe morte e exclusão no espaço de criação de subjetividades por excelência. E nossa juventude é a maior vítima dessa situação. Neste sentido, dois eventos têm me impactado de forma direta: o massacre de 12 crianças numa escola do bairro carioca de Realengo o dia 7 de abril de 2011 e o assassinato do Prof. Kássio Gomes, o dia 7 de dezembro de 2010, por um aluno inconformado com a sua reprovação. O primeiro pela sua barbárie e por manifestar um tipo de violência que creiamos impensável para a realidade brasileira, o segundo porque a vítima era colega de trabalho no Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix, de Belo Horizonte. Os dois eventos tem acentuado em nós a urgência de procurar caminhos que façam realidade a educação nos valores.

A experiência da violência infanto-juvenil foi vivida de perto por mim como educador e militante na defesa dos direitos da criança e do adolescente durante 25 anos, desde 1991. A percepção da violência vivida e produzida pelos adolescentes, não só moradores da periferia, mas também daqueles de classes sociais privilegiadas matriculados na rede particular de ensino, me levou a me interessar pelo tema. A violência aparecia como causa e consequência da exclusão social experimentada pelos adolescentes das classes mais empobrecidas. Convenci-me da importância da implementação de processos pedagógicos adequados nas instituições de educação (formal ou não) para a convivência e a paz como caminho para a inclusão social desses adolescentes. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) marcava um caminho que não se concretizava nos projetos político-pedagógicos dos centros educativos e projetos sócio-educativos com os quais entrei em contato. Existia muita boa vontade de parte das pessoas envolvidas no trabalho, mas faltava formação e instrumentos adequados para enfrentar este labor. Era feito o possível, em ocasiões de forma heróica.

Outra dentre as experiências marcantes desta época foi a constatação da importância da influência exercida pelo grupo de iguais sobre o adolescente. Isto aparecia de forma marcante nas relações que os meninos e meninas de rua estabeleciam nos grupos de referência. A vida interna e relações nos grupos na rua reproduziam de forma cruel as relações de poder e violência da sociedade da qual eram vítimas. O fenômeno também

se dava dentro das instituições e projetos destinados a esta população, inclusive com a participação dos educadores. Os que acompanhamos a reconversão das antigas “Febem” no final do século passado podemos testemunhar o fato.

A entrada no mundo acadêmico e a realização das pesquisas correspondentes ao mestrado e doutorado em Teologia na área de Educação e Religião (2006 e 2011) e ao mestrado em Psicologia Social (2007) me permitiram chegar ao convencimento de que é possível educar para a paz e a inclusão das nossas crianças e jovens no Brasil através de programas específicos e de fácil aplicação nas escolas e nos diferentes projetos sócio-educativos destinados à população infanto-juvenil em risco social.

Apesar de que nas últimas décadas a questão do controle e a prevenção da violência tem passado a ser vista como um problema de saúde pública, que demanda intervenções em vários níveis, a escola ainda se destaca como espaço privilegiado de atuação. O comportamento violento e intolerante é aprendido na interação social e, por tanto, pode ser desaprendido. Demonstrar essa convicção é o propósito da pesquisa “Por uma cultura de paz na escola” apresentada a continuação e desenvolvida por educadores e pesquisadores do Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix.

Problematização

A escola, espaço privilegiado de subjetivação da criança e do adolescente, não está dando conta dos conflitos que estavam acontecendo e passa a ser um dos fatores de ruptura do laço social. Esta constatação adquire tons dramáticos em muitas escolas públicas de bairros periféricos (ARAÚJO, 2002), mas se faz presente, de diferentes formas, em todos os âmbitos da vida educativa (RIGOTTI e TOSTA, 2009). A última pesquisa publicada pelo SIMPRO-MG, em novembro de 2009, que verifica a percepção do docente sobre a violência nos estabelecimentos de ensino do setor privado em Belo Horizonte mostra que 20% dos docentes pesquisados presenciaram o tráfico de drogas na escola, e mais da metade (62%) disse ter presenciado a agressão verbal. O estudo aponta ainda que 39% dos professores relataram ter visto situações de intimidação, e 35%, de ameaça. O 53% dos pesquisados presenciaram situações em ocorrerem danos ao patrimônio da escola, e outros 20% disseram ter testemunhado danos ao patrimônio pessoal. Ainda, 14% dos entrevistados já presenciaram furto, e 10%, roubo.

A violência, que atinge a sociedade no seu conjunto, parece ferir de forma especial os 21 milhões de adolescentes brasileiros (UNICEF, 2011). Os jovens moradores de periferia, negros e com idade entre 15 e 29 anos são as maiores vítimas e, também, autores de homicídios no Brasil. Segundo o Índice de Homicídios na Adolescência (IHA) de 2010 (SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA-SEDH, 2010) dois adolescentes a cada grupo de mil jovens de 12 a 18 anos foram assassinados, em 2007, nos 266 municípios com mais de 100 mil habitantes. Se essa taxa de mortalidade juvenil (2,67) for mantida, 33 mil adolescentes serão mortos até 2013. A morte violenta é responsável por quase metade das mortes de adolescentes de 12 a 18 anos no Brasil (45,5% dos casos). O índice é quase o dobro das mortes por doença (26,5%) e mais do que o dobro das mortes por acidente (23,2%). O estudo feito em 11 regiões metropolitanas aponta que os homicídios afetam principalmente os rapazes (12 homens para cada jovem assassinada), os negros (quase quatro pretos ou pardos para cada branco ou amarelo) e moradores da periferia. O principal meio de assassinato dos adolescentes é a arma de fogo. Estes dados são confirmados no relatório da UNICEF sobre a situação mundial da infância em 2011: entre 1998 e 2008 81 mil adolescentes brasileiros, entre 15 e 19 anos de idade, foram assassinados⁵. Ainda segundo o relatório, atualmente as oportunidades para a inserção social e produtiva dos adolescentes brasileiros ainda são insuficientes. Assim, é o grupo etário mais vulnerável perante o desemprego e subemprego, a violência, a degradação ambiental e redução dos níveis de qualidade de vida. O relatório nos adverte ainda que as oportunidades são menores ainda quando, além da idade, consideramos outras variáveis iníquas como renda, condição pessoal, local de moradia, gênero, raça ou etnia.

A atual proposta de pesquisa pretende contribuir para a produção de uma ciência capaz de ligar a ética à emancipação solidária da cidadania, dos direitos, da educação na busca de uma cultura que garanta a paz. A violência urbana em geral, e a escolar em particular, ocupam um lugar importante entre as preocupações da população, e a procura de soluções, até as mais “radicais” como a pena de morte ou a redução da idade penal, aparecem como uma tarefa urgente. Mais especificamente, a morte violenta do Prof. Kássio, ocorrida em dezembro de 2010 nas dependências do Centro Universitário Izabela Hendrix, comoveu profundamente o corpo docente e discente da instituição, gerando, ao mesmo tempo, um sentimento de impotência e de urgência perante a

violência sofrida. A busca de explicações e soluções para este fenômeno aparece hoje como uma prioridade entre muitos profissionais e alunos do Centro Universitário. Nesse sentido, a iniciativa configura-se como espaço para pesquisa-ação oferecido por docentes dos cursos de Teologia e Pedagogia do Centro Universitário Izabela Hendrix, vinculados ao Núcleo Interdisciplinar de cursos de Gestão Social e Humanidades, e do Colégio Metodista Izabela Hendrix.

A proposta de pesquisar nesta área também ganha relevância pela constatação da carência de pesquisas e estudos. De fato, a maior parte da pesquisa produzida se deu nos últimos dez anos. Marília Pontes Sposito (1998), ao examinar a produção discente na Pós-graduação em Educação de 1980 a 1995, reafirma esta ideia ao descobrir que apenas 4 dissertações e teses dos 6.092 trabalhos apresentados abordaram a violência escolar.

Entendemos, ao propor esta investigação, que o fenômeno da violência é complexo e que não deve ser entendido desde uma perspectiva negativa, repressora, mas dialógica e proposicional, na linha de uma educação para a paz que favoreça a manifestação de comportamentos pró-sociais (inibidores de comportamentos violentos) no âmbito educacional. Daí surge a pergunta fundamental e motivadora da presente proposta de pesquisa: quais são os elementos favorecedores de comportamentos pró-sociais e, por tanto, inibidores de comportamentos violentos, que podem ser trabalhados em diferentes âmbitos educacionais numa proposta de educação para a paz?

Fundamentação teórica

O fenômeno da violência escolar é complexo e multifatorial, superando os muros e possibilidades da escola e até questionando o próprio sistema educacional, que não é capaz de responder às necessidades das nossas crianças e jovens. São diferentes os tipos de violência física e simbólica exercidos, assim como os atores envolvidos. Não existe uma única variável responsável da violência nas escolas. São múltiplas e estão interrelacionadas (MUÑOZ, 2012). Sendo assim, a complexidade do objeto de estudo proposto somente pode ser abordada a partir de uma metodologia interdisciplinar, que leve em consideração, de forma explícita, o conjunto de dimensões envolvidas, pois o objeto da interdisciplinaridade é o complexo. E o complexo, segundo o paradigma

proposto por Morin (1995), pressupõe a “complexificação” do raciocínio do observador que observa, capacitando-o a apreender a complexidade da realidade a ser observada.

Neste sentido, impõe-se a perspectiva transdisciplinar na pesquisa, que se fundamenta teoricamente nas conclusões derivadas e integradas de cinco linhas de pesquisa:

I. Em Teologia: a construção da paz e a dignificação da vida aparecem como exigências éticas não somente da fé no Deus de Jesus Cristo, mas das propostas éticas das grandes religiões. Alguns biblistas e teólogos são referência nesta linha: Altmann, Boff, Ellacuria, Gibellini, Gutiérrez, Jeremias, Küng, Leon-Dufour, Schillebeeckx, Sobrino, Sinner, Schreck, Stalsett, Susin.

II. Em Psicologia Social: vários estudos nos últimos anos têm evidenciado que, a pesar da conduta pró-social ser complexa e estar determinada por diferentes fatores (culturais, familiares, escolares, pessoais, etc.), os programas de treinamento para o aumento de condutas como ajudar, cooperar, compartilhar ou consolar têm sido eficazes. Autores de destaque nesta área são Abramovay, Araújo, Assis, Pesce & Avanci, Bandura, Battistichi, Braghirolli, Pereira & Rizzon, Burget, Calasanz, Cerezo, Da Matta, Debarbieux, Desbiens, Dyson, Fonseca, Galvão, González Portal, Graciani, Jordan & Le Metáis, Maldonado, Miller, Sanchez & Minayo, Smith, Slavin & Cooper, Sterling. Nesta pesquisa, especialmente a partir do trabalho com adolescentes da Dra. Maite Garaigordobil (1992, 1993, 1994, 1995a, 1995b, 1995c, 1995d, 1995e, 1996a, 1996b, 1996c, 1997, 1999, 2000a, 2000b, 2001 e 2002), pretendemos potencializar um estilo de interação humana estruturado na base de relações de ajuda, cooperação e diálogo que evitem as condutas agressivas, intolerantes e excludentes.

III. Em Pedagogia: especialmente na linha de educação para a paz e os direitos humanos. Entre os autores de destaque estão Araújo, Candau & Sacavino, Casamayor, Carvalho, Freire, Gadotti, Galvão, Guimarães, Guitart, González & Díez, Hicks, Jares, La Taille, Macedo, Muñoz, Puig, Roizman, Romía, Schilling, Silva, Spósito, Tavares, Tuvilla.

IV. Em Filosofia Política que a partir de Hannah Arendt apresenta uma nova compreensão do conceito de poder e soberania não mais na submissão violenta do outro, mas na inclusão do outro buscando um acordo comum entre todos na busca de saídas para os conflitos. Em suma, na busca de criar uma cultura de educação pela paz através do respeito e do cuidado com o outro.

V. Em Direito também a partir de Hannah Arendt, Michel Foucault e Boaventura de Souza Santos busca-se compreender o papel do Direito enquanto campo que não somente busca garantir direitos positivados, mas também acaba por ser espaço que legitima dimensões subjetivas apregoadoras de preconceito, estruturas de poder e desigualdades sociais.

Objetivos e metas

Desde estes pressupostos teóricos foram pensados os objetivos da pesquisa. O objetivo geral é investigar os fatores que, numa proposta de educação para a paz, favorecem o desenvolvimento de comportamentos pró-sociais nos adolescentes e evitam comportamentos violentos em diferentes contextos educativos formais ou não, públicos e particulares. Como objetivos específicos foram formulados os seguintes:

1. Analisar os efeitos da aplicação de um programa de intervenção psicopedagógica de educação para a paz em dois diferentes contextos educacionais: público e particular.
2. Criar um espaço interdisciplinar de estudos e pesquisas sobre direitos humanos, educação e violência de modo que o Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix possa contribuir de modo efetivo com educadores que atuam na formação de jovens e adolescentes tanto no ensino regular, em todos os níveis, quanto em espaços educativos não formais.
3. Oferecer subsídios conceituais para a construção de uma compreensão da complexidade e das especificidades da temática dos direitos humanos, da educação e da violência em suas dimensões histórica, metodológica, social, jurídica e política, numa perspectiva transdisciplinar, assim como subsídios para a ação educativa em favor da paz com crianças e adolescentes nos diferentes âmbitos educacionais.
4. Promover o intercâmbio de experiências entre diferentes grupos, movimentos e instituições envolvidas com a questão dos direitos humanos, educação e violência, viabilizando espaços abertos e interdisciplinares de reflexão para a comunidade acadêmica e estimulando o desenvolvimento de acordos de cooperação com universidades, instituições, organizações e redes de pesquisa.

Evidentemente, estes objetivos concretizam-se em determinadas metas a serem alcançadas até o final do ano de 2016.

QUADRO 1 – Metas, produtos e resultados

META	PRODUTO	RESULTADO
Elaboração, execução, avaliação e análise de um programa de combate à violência escolar com adolescentes numa escola pública e uma particular de BH.	1. Programa de combate à violência escolar com adolescentes. 2. Relatório de pesquisa.	Diminuição das ocorrências de atos violentos no prazo de dois anos em duas escolas de BH, com um público-alvo beneficiado de 1400 pessoas.
Fortalecimento do Núcleo de Estudos em Direitos Humanos, Educação e Violência Prof. Kássio.	Consolidação do Núcleo de Estudos em Direitos Humanos, Educação e Violência Prof. Kássio no Centro Universitário Izabela Hendrix de Belo Horizonte.	Funcionamento do Núcleo de Estudos em Direitos Humanos, Educação e Violência Prof. Kássio em local específico com, no mínimo, 2 professores e 4 alunos de iniciação científica.
Revitalização do site do Núcleo de Estudos em Direitos Humanos, Educação e Violência Prof. Kássio	Site atualizado	Site funcionando com informações atualizadas.
Organização do I Seminário Estadual sobre Direitos Humanos, Educação e Violência.	I Seminário Estadual sobre Direitos Humanos, Educação e Violência no Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix de Belo Horizonte em novembro de 2015.	Participação de 400 pessoas, pesquisadores e estudantes de diferentes IES de Minas Gerais. Apresentação de pesquisas na área.
Publicação de 4 artigos	Publicação de 4 artigos científicos sobre a temática educação-violência-DH.	4 artigos publicados em revistas científicas em 2015 e 2016.
Criação de um curso de Pós-graduação <i>latu-senso</i> em Educação em Direitos Humanos e Mediação de Conflitos no Centro Universitário Izabela Hendrix.	Projeto de um curso de especialização em Educação em Direitos Humanos e Mediação de Conflitos no Centro Universitário Izabela Hendrix	Oferta para a comunidade externa no Centro Universitário Izabela em maio de 2016 do curso de especialização em Direitos Humanos e Mediação de Conflitos no Centro Universitário.
Elaboração, execução, avaliação e análise de um programa de combate à violência escolar com adolescentes numa escola pública e uma particular de BH.	1. Programa de combate à violência escolar com adolescentes. 2. Relatório de pesquisa.	Diminuição das ocorrências de atos violentos no prazo de dois anos em duas escolas de BH, com um público-alvo beneficiado de 1000 pessoas.

Metodologia

A opção metodológica adotada na investigação é coerente com a opção transdisciplinar adotada e combina métodos qualitativos e quantitativos ao usar o modelo experimental-estatístico, com um delineamento experimental multigrupo de medidas repetidas pré-teste / pós-teste, junto com o observacional-descritivo, privilegiando a observação participante. Por focar a atenção numa determinada prática educativa, no entendimento que dela têm os sujeitos envolvidos no processo, nos resultados que essa prática produz neles e na interação com outros sujeitos da instituição a principal técnica a ser adotada será a pesquisa de campo, desde uma atitude participante.

A pesquisa de campo busca investigar os fatores que no contexto escolar promovem uma educação para a paz, isto é, favorecem o desenvolvimento de comportamentos pró-sociais nos adolescentes e evitam comportamentos violentos, através da avaliação dos efeitos de um programa de intervenção psicopedagógica específico trabalhado com 80 adolescentes, com idades compreendidas entre os 13 e os 16 anos de duas escolas, uma particular e uma pública da cidade de Belo Horizonte durante um ano e meio (2015 e 2016). A escolha das duas escolas aconteceu a partir da viabilidade do presente projeto usando o critério de conveniência/interesse manifestado: a escola pública está situada no bairro Venda Nova e a particular no bairro Funcionários. Os adolescentes são alunos de duas turmas de 40 indivíduos cada uma de 8º/9º ano do Ensino Fundamental.

Do ponto de vista quantitativo é trabalhado um delineamento experimental multigrupo de medidas repetidas pré-teste / pós-teste em uma turma do 8º/9º ano do Ensino Fundamental de cada uma das escolas onde foi aplicado o programa de intervenção proposto. O programa de intervenção é a variável independente, enquanto que as variáveis dependentes são: a autoestima, as estratégias cognitivas para a resolução de problemas, expressão e compreensão de sentimentos, os comportamentos cooperativos, e as condutas antissociais.

QUADRO 2: Variáveis dependentes e instrumentos de pesquisa

VARIÁVEIS DEPENDENTES	INSTRUMENTOS
Autoestima	Planilha diária de observação. Muñoz, 2006. Escala fatorial de Socialização-EFS. Nunes e Hutz, 2007
Estratégias de resolução de situações sociais conflituosas	
Expressão e compreensão de sentimentos	
Comportamentos cooperativos	
Condutas antissociais	

A análise estatística dos dados obtidos permitirá extrair as conclusões necessárias para a validação ou não das hipóteses apresentadas. As diferenças entre a fase pré-teste e pós-teste serão verificadas mediante a obtenção de médias e desvio padrão dos dados gerais e de cada uma das três subescalas do questionário utilizado (Escala Fatorial de Socialização) e a realização do teste t para verificar a diferença entre médias de amostras dependentes.

Paralelamente é feita uma análise qualitativa do programa usando técnicas observacionais específicas:

- Em cada sessão é usado um diário de campo que recolha de forma descritiva a atividade realizada, as interações acontecidas e as conclusões da discussão posterior, assim como uma planilha de observação dos comportamentos pró e antissociais dos alunos.
- Na fase final da investigação serão realizadas entrevistas com os educadores e passados questionários avaliativos para alunos participantes da investigação.
- O documento escolar adotado como critério externo avaliativo dos efeitos do programa é o diário de classe.

A pesquisa tem uma duração de um ano e meio letivo e quatro fases na sua execução:

1. Explicação do programa para o claustro de professores e os membros da comunidade educativa envolvidos no projeto. Treinamento dos professores executores do programa.
2. No início da aplicação do programa (agosto de 2015) é feita uma avaliação pré-teste com os adolescentes da amostra com a finalidade de medir as variáveis que o programa proposto quer modificar.
3. Desde agosto de 2015 acontece a implementação do programa nas duas escolas. É uma sessão semanal com duração de uma hora/aula.
4. Ao finalizar o ano letivo de 2016 será realizada uma avaliação pós-teste com todos os adolescentes da amostra aplicando-se os mesmos testes e questionários do início do ano.

A implementação do programa previsto exige a participação da equipe técnica e a interação com a turma e professor copesquisador. As atividades incluídas no programa de intervenção são técnicas de dinâmica de grupos selecionadas em função dos objetivos propostos na investigação. São 60 as atividades propostas pelo número de semanas letivas calculadas para o ano distribuídas em quatro áreas de ação básicas: autoconceito, expressão/compreensão de sentimentos, relações de cooperação e resolução de conflitos.

O programa psicopedagógico que servirá de base para a construção de uma proposta de combate à violência escolar mais ampla é o utilizado pelo Prof. Dr. Manuel Muñoz (2011) na sua tese doutoral “Educar para paz: comportamentos pró-sociais”. As sessões

são realizadas na sala de aula no horário disponibilizado semanalmente na grade curricular pelo mesmo professor. É preferível um profissional que se ofereça de forma voluntária para a tarefa e que será treinado e acompanhado na aplicação das dinâmicas. Em cada sessão é trabalhada uma dinâmica, executada da mesma forma: objetivos – instruções – ação – discussão.

A equipe técnica é formado por 1 professor/pesquisador e 2 alunos (1 bolsistas e 1 voluntário) de iniciação científica, escolhidos em processo seletivo específico, que servem de apoio aos trabalhos e pesquisas incentivadas pelo grupo e têm as seguintes atribuições:

- Apoio administrativo ao grupo.
- Apoio ao trabalho na escola ou escolas onde for executado o programa de intervenção com adolescentes.
- Pesquisas em bibliotecas de livros e periódicos.
- Realização de visitas e entrevistas.
- Pesquisa na internet.
- Leitura e fichamento de textos científicos.
- Contribuição para o artigo científico do final de semestre.
- Participação nas reuniões do grupo de pesquisa.

Outros professores e alunos da instituição podem trabalhar como voluntários. As reuniões do grupo são semanais com o objetivo de:

- Planejar e executar a pesquisa a ser realizada nas escolas participantes.
- Pesquisar material de estudo e discutir temas de interesse.
- Estimular a produção científica individual e conjunta.
- Facilitar articulação com a comunidade acadêmica do Centro Universitário.

Considerações finais: perspectivas

A pesquisa que está sendo desenvolvida já aponta alguns resultados que, por sua parcialidade e provisionalidade, não vou explicitar detalhadamente neste trabalho. Foram cumpridas as seguintes etapas até o momento:

1. Apresentação e aprovação do projeto no CEP.

2. Formação do grupo de pesquisa e seleção de bolsistas (1) e alunos voluntários (1): 6 reuniões realizadas.
3. Análise de material bibliográfico disponível.
4. Construção do programa de intervenção.
5. Explicação do programa para o conselho escolar (1 reunião), claustro de professores (2 reuniões) equipe diretiva (3 reuniões) e os membros da comunidade educativa envolvidos no projeto (1 reunião com os pais dos adolescentes). Treinamento dos professores executores do programa (3 reuniões).
6. Execução do programa de combate à violência escolar numa turma de 35 alunos do 8º ano da escola pública parceira desde o mês de setembro de 2015. Foram realizados 9 encontros formativos com os adolescentes participantes nas quintas-feiras das 10,30 às 11,20 h.

Problemas de ordem administrativa impediram o desenvolvimento completo do cronograma previsto, principalmente na escola particular contatada. Apesar deste inconveniente, já existem indícios que levam a acreditar na veracidade de algumas hipóteses que deverão ser confirmadas na conclusão da pesquisa. Dentre estas:

- O caráter complexo e multifatorial do fenômeno da violência na escola. São diferentes os tipos de violência física e simbólica exercidos, assim como os atores envolvidos. Não existe uma única variável responsável da violência nas escolas.
- A importância da sala de aula como espaço privilegiado para educar subjetividades que crescem juntas, em diálogo. Mas, conforme nos indicam resultados parciais da pesquisa, não é suficiente propor conteúdos, devem-se trabalhar atitudes. Nesse sentido, o papel do professor como mediador no processo e a qualidade das relações que estabelece com seus alunos são fundamentais no desenvolvimento de relações positivas na sala de aula.
- Uma metodologia, criativa, dinâmica e lúdica motiva a participação e interesse dos adolescentes na sala de aula.
-

Contudo, talvez a afirmação mais importante a ser feita neste momento seja a existência da possibilidade de educar nos valores, de educar para a paz, em nossas escolas, pelas implicações

práticas desta constatação, mesmo aceitando que o fenômeno da violência supera os muros e possibilidades da escola e questiona o próprio sistema, que não é capaz de responder às necessidades das nossas crianças e jovens.

Nesta linha interpreto as manifestações dos sujeitos participantes na pesquisa. Todos os alunos manifestaram o desejo de continuar o próximo ano no projeto. Eis algumas respostas do professor e dos alunos da escola pública na avaliação final do semestre:

Ótima proposta de trabalho. Nos faz mais humanos e nos ajuda a entender melhor nossos jovens. Gostaria que o projeto se estendesse para toda a escola e que tivesse um psicólogo para dar apoio aos alunos e professores. (Professor).

Foram dinâmicas legais e educativas. Eu queria que tivesse mais um dia de projeto em cada semana. (Aluna, 14 anos)

Nos aproximou mais de alguns colegas e nos fez conhecê-los melhor, sua vida, acontecimentos, etc.. Foi uma bela forma de fazerem os alunos interagirem entre si. (Aluna, 13 anos)

Gostei, que eu quero que vocês continuem ano que vem, e foi muito proveitoso. (Aluna, 13 anos)

Bom achei muito bom. Espero que vocês continuem dando continuidade ano que vem... Só acho que deveria ter mais dias. (Aluno, 13 anos)

Eu até que gostei das aulas e acho que deveria ter mais. (Aluno, 14 anos).

Também estou ciente das limitações que este tipo de investigações possuem como consequência das múltiplas variáveis estranhas e de difícil controle que intervêm. Entre estas poderíamos citar as características pessoais, sociais ou motivacionais das pessoas participantes, a pequena confiabilidade científica dos instrumentos de avaliação a serem utilizados ou a padronização do procedimento a ser seguido na recolhida dos dados.

Talvez a limitação mais importante venha da constatação de que o problema da violência e da exclusão na escola é muito amplo e precisa não só de ações em outras muitas áreas, mas, sobretudo de políticas públicas arrojadas que respondam ao desafio de uma educação democrática e inclusiva. Embora não existam soluções mágicas, existem caminhos a serem trilhados na busca de uma cultura de paz. Abrir esses caminhos é o objetivo da pesquisa apresentada no presente trabalho.



Referências

ARAÚJO, Carla. Violência na escola e construção de identidades de jovens da periferia. **Presença Pedagógica**, v.8, n.43, p. 55-63, jan./fev. 2002.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA – UNICEF: **Situação mundial da infância 2011**. Caderno Brasil. Disponível em http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_19822.htm, p. 4. Acessado em 01/03/2014.

GARAIGORDOBIL, M. **Diseño e evaluación de un programa lúdico de intervención psicoeducativa com niños de 6-7 años**. Bilbao: Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco. B12346/94 (Microfichas), 1992.

_____. **Juego cooperativo y socialización en el aula**. Un programa de juego amistoso, de ayuda y cooperación para el desarrollo socioafectivo en niños de 6 a 8 años. Madrid: Seco-Olea, 1993.

_____. Programas de acción para el desarrollo de la conducta altruista. In: GARAIGORDOBIL, M.; MAGANTO, C. (Eds.), **Socialización y conducta prosocial en la infancia y en la adolescencia**. Bilbao: Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco. 1994. P.125-162.

_____. **Psicología para el desarrollo de la cooperación y de la creatividad**. Descripción y evaluación de un programa de juego para cooperar y crear en grupo. Bilbao: Desclée de Brouwer, 1995a.

_____. Propuestas de intervención grupal para el desarrollo de la personalidad y la prevención de actitudes discriminatorias y xenofóbicas. In: ECHEVARRIA, A. et. al (Eds.). **Psicología social del prejuicio y del racismo**. Madrid: Ramón Areces, 1995b. P. 153-183.

_____. Una metodología para la utilización didáctica del juego en contextos educativos. *Comunicación, Lenguaje y Educación*. N. 25, p. 91-105, 1995c.

_____. Intervención en la creatividad: Evaluación de una experiencia. **Revista Iberoamericana de Diagnóstico e Evaluación Psicológica**. N. 1, p. 37-62, 1995d.

_____. Evaluación de una intervención psicológica en indicadores del desarrollo moral. **Boletín de Psicología**. N. 49, p. 69-86, 1995e.

_____. Jugar, cooperar e crear: Tres ejes referenciales en una propuesta de intervención validada experimentalmente. FAISCA. **Revista de Altas Capacidades** N. 4, p. 54-75, 1996a.

_____. **Evaluación de una intervención psicoeducativa en sus efectos sobre la conducta prosocial y la creatividad**. Madrid: CIDE, 1996b

_____. Evaluación de una intervención psicoeducativa en sus efectos sobre la conducta prosocial y la creatividad en niños de 2º ciclo de Educación Primaria. In: **Premios Nacionales de Investigación e Innovación Educativa 1994**,. Madrid: CIDE, p. 13-50, 1996c.

_____. Evaluación de la creatividad en sus correlatos con conducta asertiva, conducta de ayuda, status grupal y autoconcepto. **Revista de Psicología Universitas Tarraconensis**, V. XIX, n. 1, p. 53-69, 1997.

_____. Assessment of a cooperative-creative program of assertive behavior and self-concept. **The Spanish Journal of Psychology**. V. 2, n. 1, p. 3-10, 1999.

_____. **Intervención Psicológica com adolescentes**: Un programa para el desarrollo de la personalidad y la educación en derechos humanos. Madrid: Pirámide. 2000a.

_____. Un estudio correlacional de las cogniciones prejuiciosas com diversas conductas sociales y com rasgos de personalidad. **Anuario de Psicología**. V. 3, p. 39-58, 2000b.

_____. Intervención com adolescentes: Impacto de una experiencia en la asertividad y en las estrategias cognitivas de afrontamiento de situaciones sociales. **Psicología Conductual**. V. 9, n. 2, p. 221-246, 2001.

_____. Assessment of a intervention on social behavior, intragroup relations, self-concept and prejudiced cognitions during adolescence. **International Journal of Psychology and Psychological Therap**. V. 2, n. 1, p. 1-22, 2002

LÄHNEMANN, Johannes. O Projeto Ethos Mundial. Um desafio à educação. **Concilium**, n.292, v.4, p.137-155, 2001.

MORIN, E; KERN, AB. **Terra-Pátria**. Porto Alegre: Editora Sulina; 1995.

MUÑOZ, Manuel Alfonso Díaz. **Educar para a paz**: comportamentos pró-sociais. 2011. 365 p. Tese para a obtenção do Doutorado em Teologia. Faculdades EST.

MUÑOZ, Manuel Alfonso Díaz; SILVA, Clemildo Anacleto. **Diversidade na educação, respeito e inclusão**. Valores éticos e comportamentos pró-sociais. Porto Alegre: EDIPUCRS/Editora Universitária Metodista IPA, 2012.

SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA-SEDH; Fundo das Nações Unidas para a Infância-UNICEF; observatório de favelas e laboratório de análise da violência-LAV/UERJ. **Índice de Homicídios na Adolescência**. Brasília, 2010. Disponível em <http://www.direitoshumanos.gov.br/2010/12/08-dez-2010>, acessado em 10/12/2012.

RIGOTTI, José Irineu; TOSTA, Sandra (Coord.). **Rede particular de ensino: vida de professor e violência na escola**. Belo Horizonte: SIMPRO-MG, 2009. Disponível em <http://www.sinprominas.org.br/conteudos/detalhes.aspx?idCanal=118&IdMateria=1286> Acessado em 25/11/2014.

SPOSITO, Marília P. A instituição escolar e a violência. **Cadernos de Pesquisa**. Fundação Carlos Chagas, n. 104, p. 58-75, jul./1998.